



CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 66.970.229/0001-67



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

A Administração da Claro NXT Telecomunicações S.A. ("Claro NXT" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

1 - INTRODUÇÃO

A Companhia, anteriormente denominada Nextel Telecomunicações Ltda., foi constituída em 17 de setembro de 1991, possui sede na cidade de São Paulo - SP, e tem como principal objeto prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviço de Acesso Condicionado - SeAC (TV por Assinatura) e de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, os quais estão sujeitos a regulação da Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), além de serviços de outras naturezas tais como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado - SVA, locação e comercialização de bens.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é controlada pela Claro S.A. ("Claro"), detentora de 68,08% do capital social total.

As principais sociedades em que a Companhia detém o controle (direta ou indiretamente) são as que seguem:

- Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat"):** Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (Direct To Home - DTH), bem como serviços de outras naturezas, tais como Serviços de Valor Adicionado - SVA, provimento de capacidade satelital, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas;
- Reyc Comércio e Participações Ltda. ("Reyc"):** Importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas; e
- Telmex do Brasil S.A. ("TdB"):** Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens, bem como prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA.

2 - CENÁRIO MACROECONÔMICO

O desempenho da economia brasileira no primeiro ano do novo governo foi marcado pela estagnação da indústria de transformação, pelo crescimento do ritmo das exportações mesmo com a queda dos preços internacionais das commodities, o bom desempenho do setor agropecuário e uma supersafrã agrícola. A diminuição da fragilidade financeira das famílias, com a ampliação dos benefícios sociais do governo e a sustentação do nível de empregos, motivaram um ligeiro aumento do consumo de serviços, setor que demonstrou expansão no período.

A taxa de câmbio da moeda norte-americana encerrou 2023 cotada a R\$4,8413 (redução de 7,2% comparada com a taxa de encerramento de 2022, que foi de R\$5,2177). Por outro lado, o Banco Central do Brasil, com o objetivo de impulsionar a atividade econômica, reduziu gradualmente a taxa básica de juros (SELIC), encerrando o ano em 11,75% ao ano (contra 13,75% ao ano, ao final de 2022). Mesmo com a redução gradativa da taxa SELIC, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), taxa de inflação oficial divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reduziu de 5,79% em 2022 para 4,62% em 2023, situando-se dentro do intervalo da meta (1,75% - 4,75%) estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para o ano de 2024 espera-se uma melhora gradual no dinamismo da economia do país; um cenário favorável ao crescimento dos investimentos com a oferta de programas do governo federal para financiamentos de infraestrutura, obras de saneamento básico, geração de energia por fontes renováveis e de transporte, incentivo ao crédito e uma consistente queda da taxa de juros (SELIC), estimada em 9,0% no final do ano segundo o relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 01 de março de 2024. Quanto ao PIB brasileiro, a projeção do mesmo relatório Focus é de um crescimento de 1,77 % da economia brasileira, em parte devido a um mercado de trabalho resiliente e seus respectivos efeitos sobre a demanda de serviços e o consumo no varejo em geral; já se verifica, no entanto, projeções mais otimistas de crescimento do PIB para 2024.

Por outro lado, no cenário internacional permanecem as incertezas geopolíticas derivadas da Guerra entre Rússia e Ucrânia, do conflito entre Israel e Hamas e suas ramificações no Oriente Médio, tal qual os ataques do grupo rebelde Houthis a grandes embarcações que navegam pelo Mar Vermelho, dificultando a logística e aumentando os custos do comércio internacional. A eleição americana também é um fator de atenção, em função principalmente das agendas distintas entre os dois principais candidatos à presidência do país, e das possíveis repercussões decorrentes deste processo. Ainda em relação aos EUA, necessário acompanhar o início e o ritmo do processo de redução da taxa de juros pelo Federal Reserve e seus impactos na atividade econômica. Já no caso da China, a frágil recuperação da economia após o fim das restrições da política de "Covid zero", continua sendo um fator de preocupação; principalmente por conta da fraca retomada do consumo, a baixa demanda no mercado imobiliário e suas consequências no sistema financeiro chinês.

3 - DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia obteve em 2023 uma destacada performance operacional nos mercados em que atua.

A Companhia registrou, pelo quinto trimestre consecutivo, crescimento da sua base de assinantes de Banda Larga Fixa, com 63,4 mil adições líquidas positivas. E segue liderando o mercado de banda larga no Brasil, com 21,1% de participação de mercado em dezembro de 2023. No segmento de "ultra-high speeds" (a partir de 500 Mbps), mantemos nossa liderança com 31,9% em participação de mercado em dezembro de 2023, com adição de 1,9 milhão de clientes no ano.

A Companhia encerrou 2023 com 11,5 milhões de domicílios cobertos pela sua rede de fibra óptica Fiber To The Home (FTTH) em 477 cidades. Considerando todas as tecnologias, a Companhia está presente em 511 municípios e 41,3 milhões de Homes Passed (HPs).

Destaca-se também a melhoria contínua na proposta de valor e na experiência dos nossos clientes, com ofertas de alta velocidade combinadas com soluções de última geração, com Wi-Fi 6 e Mesh, contribuindo para redução na taxa de churn.

Em TV por assinatura, a Companhia continua liderando o mercado brasileiro, com 42,3% de participação de mercado em dezembro de 2023, tendo como principal estratégia a entrega da mais completa oferta de conteúdo. Destaque para o sexto trimestre consecutivo de crescimento do ARPU. A plataforma de Video On Demand (VOD) continua sendo líder no mercado brasileiro.

	BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado	
	Notas	2023	2022	2022
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.180	11.728	314.342
Contas a receber, líquidas	5	355.359	175.991	716.592
Partes relacionadas	15	5.094.786	3.413.804	6.713.706
Estoques	6	77.473	143.105	77.376
Tributos a recuperar, líquidos	7	106.726	59.230	158.755
Despesas antecipadas	8	506.826	523.598	515.020
Outros ativos		24.105	4.230	26.957
		6.178.455	4.331.686	8.621.848
Não circulante				
Tributos a recuperar, líquidos	7	466.478	523.827	480.646
Tributos diferidos, líquidos	7	2.866.804	2.144.943	3.213.526
Depósitos e bloqueios judiciais	14	765.940	650.986	781.626
Partes relacionadas	15	106.438	1.912.817	797.006
Despesas antecipadas	8	822.682	811.127	851.385
Ativo atuarial	16	-	-	22
Investimentos	9	5.180.251	4.952.216	-
Imobilizado	10	12.051.826	12.233.542	14.061.333
Intangível	11	1.045.901	990.061	1.213.878
		23.306.320	24.219.519	21.399.422
Total do ativo		29.484.775	28.551.205	29.921.270

	BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado	
	Notas	2023	2022	2022
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	12	1.661.471	2.187.886	1.813.188
Fornecedores - outras contas a pagar	12	104	2.117	104
Obrigações fiscais, líquidas	13	326.357	129.385	343.490
Provisões	14	142.756	123.338	149.382
Partes relacionadas	15	463.150	1.591.953	493.850
Receitas diferidas	3	3.476	1.135	15.793
Passivo de arrendamento	17	57.587	6.636	62.919
Outras obrigações		161.642	106.297	171.886
		2.816.543	4.148.397	3.050.612
Não circulante				
Obrigações fiscais, líquidas	13	821	821	829
Provisões	14	505.937	336.134	621.231
Partes relacionadas	15	12.676.135	13.865.900	12.725.592
Passivo atuarial	16	76.624	23.456	76.624
Passivo de arrendamento	17	26.538	12.262	36.451
Outras obrigações		84.263	40.487	112.017
		13.370.318	14.279.060	13.572.744
		16.186.861	18.427.447	16.623.356
Total do passivo		18	21.430.205	21.430.205
Patrimônio líquido				
Capital social		21.430.205	21.430.205	21.430.205
Reserva de capital		118.683	118.683	118.683
Outros resultados abrangentes		(51.657)	(11.999)	(51.657)
Prejuízos acumulados		(8.199.317)	(11.413.131)	(8.199.317)
		13.297.914	10.123.758	13.297.914
Total do patrimônio líquido		29.484.775	28.551.205	29.921.270

	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldos em 31 de dezembro de 2021				
Lucro líquido do exercício				
Passivo atuarial				
Saldos em 31 de dezembro de 2022				
Lucro líquido do exercício				
Passivo atuarial				
Saldos em 31 de dezembro de 2023				

	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Capital social				
Reserva de capital				
Outros resultados abrangentes				
Prejuízo acumulado				
Patrimônio líquido				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)				
1. CONTEXTO OPERACIONAL				
A Claro NXT Telecomunicações S.A., ("Companhia" ou "Claro NXT"), anteriormente denominada Nextel Telecomunicações Ltda., foi constituída em 17 de setembro de 1991, possui sede na cidade de São Paulo - SP, e tem como principal objeto prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviço de Acesso Condicionado - SeAC (TV por Assinatura) e de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, bem como serviços de outras naturezas tais como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado - SVA, locação e comercialização de bens.				
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é controlada pela Claro S.A. ("Claro"), detentora de 68,08% do capital social total.				
A Companhia detém controle direto, principalmente, das seguintes controladas:				
Telmex do Brasil S.A. ("TdB"): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, na prestação de serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens, bem como na prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA.				
Reyc Comércio e Participações Ltda. ("Reyc"): Importação comércio de equipamentos e outras atividades correlatas; e				
Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat"): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (Direct To Home - DTH), bem como serviços de outras naturezas tais como Serviços de Valor Adicionado - SVA, provimento de capacidade satelital, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas.				

DIREITOS DE EXPLORAÇÃO DE SATÉLITE:				
Tipo	Número	Posição orbital	Data de emissão	Vencimento
Posição Orbital	PVSS/SPV 007/2006	63°W, 65°W, 68°W, 70°W, 84°W - Banda C	01/01/06	31/12/25
Posição Orbital	PVSS/SPV 007/2006	65°W, 70°W - Banda X	01/01/06	31/12/25
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65°W - Banda Ku	25/02/03	06/03/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 002/2003	70°W - Banda Ku	08/10/03	12/11/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2007	75°W - Banda C e Ku	27/02/07	30/04/29
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	Ku (Planejada)	28/03/12	27/03/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84°W - Banda Ka e Ku	06/02/12	05/02/27

2. BASES DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
2.1. Declaração de conformidade				
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do <i>International Financial Reporting Standards</i> ("IFRS"), emitidos pelo <i>International Accounting Standards Board</i> ("IASB").				
Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações				

A base de clientes com a oferta convergente da Companhia, que combina serviços residenciais e móveis, cresceu 7,0% em relação ao ano anterior, e segue sendo prioridade da Companhia para fidelização da base e aceleração do crescimento da receita.

4 - DESEMPENHO FINANCEIRO

R\$ Milhões	2023	2022	Δ %
Receita líquida Total	17.035	16.676	2,2%
EBITDA	6.090	5.883	3,5%
Margem EBITDA	35,8%	35,3%	0,5 p.p.

Em 2023 a receita líquida total foi de 17,0 bilhões de reais, 2,2% acima do mesmo período de 2022. Destaque para o crescimento de 7,5% na banda larga fixa residencial, resultado do aumento da base de assinantes, incremento do ARPU, menor churn, dentre outros.

Em 2023 o EBITDA totalizou 6,1 bilhões de reais, 3,5% acima de 2022, margem EBITDA de 35,8%. A Companhia segue focada em manter sua jornada de crescimento sustentável de receita e EBITDA.

5 - INVESTIMENTOS

A Companhia e seus acionistas mantêm seu compromisso de longo prazo, com expressivos investimentos que seguem contribuindo ao desenvolvimento e crescimento do país. Da mesma forma, possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços, sempre focada na inovação e no desenvolvimento tecnológico.

Em 2023, a Companhia investiu R\$3,3 bilhões, principalmente em infraestrutura de rede, equipamentos de TV por assinatura e banda larga.

6 - AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA CORPORATIVA (ASG)

Nesta sessão se adotará o termo "Claro" para representar a Companhia, sua controladora direta e suas controladas diretas e indiretas.

Em 2021, a Claro aderiu ao Pacto Global, chamada da Organização das Nações Unidas (ONU) para que empresas alinhem suas estratégias a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Atualmente, o pacto é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo. Com esta adesão a Claro reforça, junto com empresas de 160 países, o compromisso de contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentro da chamada Agenda 2030 - um plano de ação aprovado em 2015, com 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos dentro de um modelo sustentável.

Todas as ações foram divulgadas pela Claro em 2023 (<https://www.institutoclaro.org.br/wp-content/uploads/relatorio-social2022/>), destacando diversas iniciativas nos campos Ambiental, Social e de Governança Corporativa.

Ambiental:

A Claro aderiu de possuir o maior programa de energia limpa privada do Brasil, age de forma ativa para reduzir resíduos ao longo da cadeia produtiva e faz campanhas de reciclagem e conscientização junto à população sobre o tema. A Claro alinha suas ações ambientais com os Objetivos por um Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e é signatária do Pacto Global.

Implementado em 2017, o programa 'A Energia da Claro' prevê o uso de energia limpa para o abastecimento das operações da empresa por meio de parcerias para a construção de usinas de geração distribuída e a compra de energia limpa. Além disso, são adotadas medidas visando aumentar a eficiência energética da Claro e a diminuição de impactos ambientais.

Considerado o maior programa de geração distribuída de energia do país realizado por um consumidor privado, segundo informações disponibilizadas pela ANEL, 'A Energia da Claro' se consolidou como o maior projeto de autoconsumo remoto do Brasil, sendo referência nesta modalidade de geração de energia. São 89 usinas, de fontes limpas e renováveis, como solar, hidrelétrica e de biogás, responsáveis pela produção de 60% de toda a energia utilizada pela Claro. Além disso, o programa aumentou a eficiência energética da Claro, por meio de ativação de *features* para redução do consumo das ERBs (estações rádio-base), substituição de lâmpadas convencionais por LED, mobilidade elétrica, entre outros, chegando próximo da meta de atingir pelo menos 80% do consumo total com energia limpa. No segmento de meta tensão, a Claro adquiriu energia renovável no mercado livre, o que faz com que seus *data centers*, prédios administrativos e operações de grande porte utilizem somente energia limpa.

A Claro foi uma das vencedoras do Prêmio Eco AMCHAM 2023, que, há 40 anos, reconhece projetos referência em ASG no país. Eleito pelos jurados como uma das iniciativas ganhadoras desta edição, na categoria que avalia sustentabilidade em processos, a 'Energia da Claro' é prova do comprometimento da Claro em atender as primeiras metas ambientais por meio de projetos que reduzam diretamente suas emissões, antes de promover eventual compensação. Esta é a segunda vez que a operadora se destaca entre os participantes da premiação, promovida anualmente pela Câmara de Comércio Americana.

Em 2023, 2.476 unidades de celulares, periféricos e baterias, que correspondem a 1.185 quilos de resíduos, tiveram destinação responsável dentro do programa Claro Recicla (Aderência à Política Nacional de Resíduos Sólidos). Também em 2023, mais de três toneladas de equipamentos foram destinados à reciclagem como parte da operação de logística reversa da Claro.

Social:

A Claro e o Instituto Claro atuam no pilar social a partir de dois eixos-chave: educação e cidadania. O Instituto Claro foi a segunda organização de responsabilidade social corporativa no Brasil a ser reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o selo de Status Associativo e mantém parceria com o Unicef em várias iniciativas de educação.

Em parceria com instituições de ensino públicas, levamos tecnologia para as escolas, formação para os professores e oportunidades para os alunos. Promovemos transformações em projetos que se tornaram exemplo de sucesso e posicionamos o Instituto Claro como um *hub* de inovação em educação a serviço do país, compartilhando tecnologias sociais por meio de projetos como Educonex@o, Dúpla Escola, Campus Mobile, Naves do Conhecimento e Trajetórias de Sucesso Escolar. A Claro e o Instituto Claro atingiram 135 municípios em 7 estados brasileiros, beneficiando 26 mil estudantes. Até 2023, a Claro e o Instituto Claro projetaram impactar 120 mil alunos e 12 mil gestores educacionais e professores, reduzindo em 10% a taxa de abandono às escolas dos municípios.

Está disponibilizado no Portal do Instituto Claro uma interface com a comunidade de ensino, principalmente professores, para que tenham acesso a planos de aula digitais, em uma plataforma que gera conteúdo relevante sobre educação, feito por educadores para educadores. Em 2023, o portal teve 4.959.043 visualizações de páginas e recebeu 3.455.261 usuários únicos.

Governança Corporativa:

Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Claro.

Para isso, a Claro dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Políticas, Atas de Reunião, Código de Ética e Canal de Denúncias, dentre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Administração.

A Claro conta com um Sistema de *Compliance* que tem como pilares o Código de Ética, as Leis Brasileira (nº 12.846/2013) Americana (FCPA) Anticorrupção, o que reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional, bem como sua missão, visão, valores e princípios que descrevem os comportamentos alinhados aos objetivos e a modelo de gestão da empresa. Nosso sistema visa prevenir, detectar e corrigir situações relacionadas a corrupção, atitudes antéticas, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, dentre outros, e tem como objetivo a evolução e aperfeiçoamento constantes, de forma a promover uma cultura íntegra e que todos estejam "conectados com o certo".

Periodicamente são treinados todos os colaboradores e parceiros comerciais nos aspectos éticos e de *Compliance*/anticorrupção, visando promover e manter o alinhamento entre as partes no mais elevado padrão de relacionamento comercial.

A Claro possui os Comitês de Ética e de *Compliance* que se reúnem periodicamente para avaliar questões operacionais e comportamentais, bem como denúncias apontadas pelo canal estabelecido.

A Claro possui uma estrutura robusta para garantir compromisso ético e legal, além de acompanhar as leis de transparência e privacidade determinadas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). As ações de gestão compartilhada buscam a inclusão e a diversidade, além de promover iniciativas baseadas em boas práticas de *compliance*, anticorrupção e acolhimento de denúncias.

Para garantir a transparência, a privacidade e a proteção de dados pessoais dos cidadãos e dos clientes, a Claro cumpre a conformidade legal determinada pela Lei LGPD. A Claro divulga regularmente em seu portal os números de solicitações e demandas sobre dados pessoais realizados pelos titulares ou as solicitações endereçadas pelas autoridades. Além disso, a Claro reforça a transparência de suas operações com o Portal de Privacidade, no qual os clientes podem consultar a política de privacidade, acessar o portal de segurança e exercer todos os direitos previstos na LGPD. O acesso a informações, como política de cookies e direitos de privacidade, também é disponibilizado. Dessa forma, a Claro atende as necessidades de seus stakeholders de forma segura e transparente.

7 - RECURSOS HUMANOS

A Companhia tem como principal valor as Pessoas, posicionando-as no centro de sua estratégia para manter um ritmo de crescimento forte, sustentável e, principalmente, para alcançar os objetivos estabelecidos pelo negócio.

O ano de 2023 fez com que as nossas mais de 7 mil pessoas, distribuídas em todo o Brasil, se conectassem ainda mais com a cultura e o jeito de ser da Claro. Nesse sentido, fortalecemos a nossa atuação colaborativa, para construir serviços e produtos inovadores, mantendo o foco em nosso Cliente e perseguindo os melhores resultados.

Somos um time plural e temos a diversidade e inclusão como pilares importantes da nossa cultura. Promovemos o respeito e a equidade, tratando cada pessoa com

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu e o novo

CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 66.970.229/0001-67

Claro

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Em combinação de negócios realizada em estágios, o adquirente deve mensurar novamente sua participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver, ou em outros resultados abrangentes, conforme apropriado. Em períodos contábeis anteriores, o adquirente pode ter reconhecido ajustes no valor contábil de sua participação anterior na adquirida, cuja contrapartida tenha sido contabilizada como outros resultados abrangentes (em ajustes de avaliação patrimonial), em seu patrimônio líquido. Nesse caso, o valor contabilizado pelo adquirente, em outros resultados abrangentes, deve ser reconhecido nas mesmas bases que seriam exigidas, caso o adquirente tivesse alienado sua participação anterior na adquirida (ou seja, deve ser reclassificado para a demonstração do resultado do período).

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma empresa é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alcaçá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com a IFRS 3/ CPC 48 na data de aquisição do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda de alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.3. Novos pronunciamentos contábeis

Os pronunciamentos abaixo foram adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2023 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Normas e Emendas a Normas	Alterações
IFRS 17 correlato ao CPC 50: Contratos de Seguros	Abordar preocupações e desafios da implementação do IFRS 17
IAS 1 correlato ao CPC 26 (R1): Apresentação das demonstrações financeiras.	Classificação do passivo como circulante ou não circulante (emendas à IAS 1)
IAS 8 correlato ao CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.	Definição de estimativas contábeis
IAS 12 correlato ao CPC 32: Tributos sobre o lucro.	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações à IAS 12) Alterada pela Reforma Fiscal Internacional - Regras Modelo do Segundo Pilar (Emendas à IAS 12)

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Emendas a Normas	Alterações	Vigências
IAS 1 correlato ao CPC 26 (R1): Apresentação das demonstrações financeiras.	Alterações quanto à classificação da dívida com "covenants"	1º de janeiro de 2024
IAS 7 correlato ao CPC 03 (R2): Demonstração dos fluxos de caixa	Alterado pelos Acordos de financiamento de fornecedores (Emendas à IAS 7 e à IFRS 7)	1º de janeiro de 2024
IFRS 7 correlato ao CPC 40: Instrumentos Financeiros: Divulgações		
IFRS 16 correlato ao CPC 06 (R2) e IAS 17: Arrendamentos.	Alterações destinadas a clarificar a forma como um vendedor-localitário mede subsequentemente as operações de venda e de locação financeira	1º de janeiro de 2024
IFRS S1 Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	Resolução CVM 193: Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo <i>International Sustainability Standards Board (ISSB)</i> e aprovadas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamento de Sustentabilidade (CBPS)	1º de janeiro de 2026
IFRS S2 Divulgações relacionadas ao clima		1º de janeiro de 2026

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação destas normas, alterações e interpretações vigentes em 1º de janeiro de 2024 não terá impacto relevante nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício, conforme Notas 4 e 21.

3.5. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) o valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) o valor justo por meio de resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, créditos com partes relacionadas e depósitos judiciais.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Os requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para o qual houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição independentemente do momento da inadimplência.

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) a outros passivos financeiros. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultados. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de compra no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis é reconhecida na demonstração dos resultados.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados se o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Contas a receber, líquidas

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada na Nota 5.

3.7. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 21.

3.8. Estoques

Estão registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, conforme Nota 6.

3.9. Investimentos
Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição. O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foram amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

3.10. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo incluem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício, conforme Nota 10.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.11. Arrendamento mercantil

A Companhia e suas controladas avaliam na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido o ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassem 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos são subsequentemente mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada, das perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova renunciação dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente durante o período de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo do ativo de direito de uso refletir o exercício de uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável de exercer a opção, e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

3.12. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável.

É representado substancialmente por direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros, direito de uso de circuitos e de passagem (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos), cuja composição está demonstrada na Nota 11.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor contábil do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.13. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comparáveis, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- a) Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
- Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.
- b) Ativos Intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Avaliação da recuperação do valor contábil

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

• Receitas

Projetadas com base na realização do ano de 2023 e projeções orçamentárias para 2024, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos accorrentes via expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada.

A variação da receita projetada para 2024 foi em média de 2,1% a.a. em função do potencial do crescimento em cada serviço.

• Custos e despesas operacionais

Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.

• Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente.

Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1).

• Taxa de desconto

Aplicação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP).

O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. A taxa de desconto dos fluxos de caixa futura utilizada em 2023 é de 9,02% a.a. (8,72% a.a. em 2022).

A taxa média de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados em 2023 foi de 3,57% a.a. (3,24% a.a. em 2022).

3.14. Tributação

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu o novo

CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 66.970.229/0001-67

claro

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma curva decrescente que parte da expectativa de curto prazo de aumento dessas despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 16.

Provisão para perdas de crédito esperadas

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida com redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

Provisão para desmantelamento de ativos

A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados.

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfatórios.

Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido.

Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos.

Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir empréstimo, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quanto não há taxa observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	12.737	10.585	106.984	181.177
Equivalentes de caixa (1)	443	1.143	207.359	124.604
	13.180	11.728	314.342	305.781

(1) Inclui valores com partes relacionadas no montante de R\$28 para a controladora e R\$27.926 para o consolidado, com taxa média de 11,48% a.a. (R\$25 para controladora e R\$27.887 para o consolidado em 31 de dezembro de 2022, com taxa média de 12,29% a.a.).

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência, são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") com taxa média de 11,77% (12,09% em 31 de dezembro de 2022).

5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber	613.692	474.079	1.010.069	972.484
Provisão para perdas de crédito esperadas	(258.333)	(298.088)	(293.477)	(324.971)
	355.359	175.991	716.592	647.513

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	83.316	45.311	253.200	222.295
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	345.274	402.182	359.423	431.862
De 31 a 60 dias	8.113	8.940	13.809	17.160
De 61 a 90 dias	9.278	5.396	12.284	10.810
Mais de 90 dias	252.925	192.328	281.863	192.942
	698.906	624.157	920.579	874.169
	(85.214)	(150.078)	89.490	98.315
	613.692	474.079	1.010.069	972.484

(*) Valor com as partes relacionadas Claro e Tvsat, conforme nota 15.

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo Inicial	298.088	242.517	324.971	275.699
Provisão constituída, líquida de reversão	169.271	456.583	202.473	416.397
Baixa de provisão	(209.026)	(401.012)	(233.967)	(367.125)
Saldo Final	258.333	298.088	293.477	324.971

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2023	2022
Material para manutenção de rede e assistência técnica	80.805	149.854
Outros	10	271
	80.815	150.125
Provisão para perdas em estoques	(3.439)	(16)
	77.376	150.109

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	16	65
Provisão constituída	5.148	54
Baixas	(1.725)	(103)
Saldo final	3.439	116

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, consideradas de difícil realização.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS, LÍQUIDOS

7.1 Tributos a recuperar, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS a recuperar (1)	463.897	560.499	504.790	594.790
Imposto de renda retido na fonte	979	2.693	1.594	—
PIS/COPFINS	—	—	1.664	13.874
IRPJ/CSLL	85.754	—	106.848	8.096
Outros	22.574	22.558	23.406	22.707
	573.204	583.057	639.401	641.061
	106.726	59.230	158.755	106.180
	466.478	523.827	480.646	534.881

(1) Os créditos referentes à ICMS são oriundos, principalmente de aquisições de bens do ativo imobilizado, lançados no livro CIAP - Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente e compensáveis à razão de um quarenta e oito avos por mês, ICMS substituição tributária a ser ressarcido após sua homologação por meio de requerimento específico junto às Fazendas Estaduais, ICMS a recuperar sobre cancelamento de faturas em disputa com clientes. Em junho de 2021 a Companhia recebeu por meio de cisão parcial da Claro do negócio fixo residencial, os créditos de ICMS da mesma natureza, no montante de R\$564.771.

7.2 Tributos diferidos, líquidos

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua realização futura. As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício final em 31 de dezembro de 2023. Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Controladora			2022		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais (1)	2.139.486	770.215	2.909.701	1.573.271	566.378	2.139.649
Provisão para perdas de crédito esperadas	65.579	23.608	89.187	75.518	27.186	102.704
Provisão para contingências	152.931	55.055	207.986	99.834	35.940	135.774
Varição cambial	—	—	—	13.810	4.972	18.782
Eleitos do IFRS16/CPC 06 (R2)	887	319	1.206	201	72	273
Eleitos do IFRS15/CPC 47	29.599	10.656	40.255	27.789	10.004	37.793
Ativo atuarial	19.156	6.896	26.052	5.864	2.111	7.975
Outras diferenças temporárias	67.043	24.135	91.178	137.429	49.474	186.903
	2.474.681	890.884	3.365.565	1.933.716	696.137	2.629.853

(1) Os créditos referentes à ICMS são oriundos, principalmente de aquisições de bens do ativo imobilizado, lançados no livro CIAP - Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente e compensáveis à razão de um quarenta e oito avos por mês, ICMS substituição tributária a ser ressarcido após sua homologação por meio de requerimento específico junto às Fazendas Estaduais, ICMS a recuperar sobre cancelamento de faturas em disputa com clientes. Em junho de 2021 a Companhia recebeu por meio de cisão parcial da Claro do negócio fixo residencial, os créditos de ICMS da mesma natureza, no montante de R\$564.771.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício final em 31 de dezembro de 2023. Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Controladora			2022		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais (1)	2.139.486	770.215	2.909.701	1.573.271	566.378	2.139.649
Provisão para perdas de crédito esperadas	65.579	23.608	89.187	75.518	27.186	102.704
Provisão para contingências	152.931	55.055	207.986	99.834	35.940	135.774
Varição cambial	—	—	—	13.810	4.972	18.782
Eleitos do IFRS16/CPC 06 (R2)	887	319	1.206	201	72	273
Eleitos do IFRS15/CPC 47	29.599	10.656	40.255	27.789	10.004	37.793
Ativo atuarial	19.156	6.896	26.052	5.864	2.111	7.975
Outras diferenças temporárias	67.043	24.135	91.178	137.429	49.474	186.903
	2.474.681	890.884	3.365.565	1.933.716	696.137	2.629.853

(1) Os créditos referentes à ICMS são oriundos, principalmente de aquisições de bens do ativo imobilizado, lançados no livro CIAP - Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente e compensáveis à razão de um quarenta e oito avos por mês, ICMS substituição tributária a ser ressarcido após sua homologação por meio de requerimento específico junto às Fazendas Estaduais, ICMS a recuperar sobre cancelamento de faturas em disputa com clientes. Em junho de 2021 a Companhia recebeu por meio de cisão parcial da Claro do negócio fixo residencial, os créditos de ICMS da mesma natureza, no montante de R\$564.771.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício final em 31 de dezembro de 2023. Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Controladora			2022		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais (1)	2.312.978	834.325	3.147.303	1.761.132	635.659	2.396.791
Provisão para perdas de crédito esperadas	76.448	27.521	103.969	82.239	29.606	111.845
Provisão para contingências	188.439	67.838	256.277	156.038	56.174	212.212
Varição cambial	—	—	—	13.810	4.972	18.782
Eleitos do IFRS16/CPC 06 (R2)	1.049	378	1.427	340	123	463
Eleitos do IFRS15/CPC 47	29.599	10.656	40.255	27.789	10.004	37.793
Ativo atuarial	19.156	6.896	26.052	5.864	2.111	7.975
Tributos com exigibilidade suspensa	829	298	1.127	311	112	423
Outras diferenças temporárias	107.004	38.522	145.526	188.158	67.737	255.895
	2.735.502	986.434	3.721.936	2.235.681	806.498	3.042.179

(1) Os créditos referentes à ICMS são oriundos, principalmente de aquisições de bens do ativo imobilizado, lançados no livro CIAP - Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente e compensáveis à razão de um quarenta e oito avos por mês, ICMS substituição tributária a ser ressarcido após sua homologação por meio de requerimento específico junto às Fazendas Estaduais, ICMS a recuperar sobre cancelamento de faturas em disputa com clientes. Em junho de 2021 a Companhia recebeu por meio de cisão parcial da Claro do negócio fixo residencial, os créditos de ICMS da mesma natureza, no montante de R\$564.771.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício final em 31 de dezembro de 2023. Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Controladora			2022		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais (1)	2.312.978	834.325	3.147.303	1.761.132	635.659	2.396.791
Provisão para perdas de crédito esperadas	76.448	27.521	103.969	82.239	29.606	111.845
Provisão para contingências	188.439	67.838	256.277	156.038	56.174	212.212
Varição cambial	—	—	—	13.810	4.972	18.782
Eleitos do IFRS16/CPC 06 (R2)	1.049	378	1.427	340	123	463
Eleitos do IFRS15/CPC 47	29.599	10.656	40.255	27.789	10.004	37.793
Ativo atuarial	19.156	6.896	26.052	5.864	2.111	7.975
Tributos com exigibilidade suspensa	829	298	1.127	311	112	423
Outras diferenças temporárias	107.004	38.522	145.526	188.158	67.737	255.895
	2.735.502	986.434	3.721.936	2.235.681	806.498	3.042.179

(1) Os créditos referentes à ICMS são oriundos, principalmente de aquisições de bens do ativo imobilizado, lançados no livro CIAP - Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente e compensáveis à razão de um quarenta e oito avos por mês, ICMS substituição tributária a ser ressarcido após sua homologação por meio de requerimento específico junto às Fazendas Estaduais, ICMS a recuperar sobre cancelamento de faturas em disputa com clientes. Em junho de 2021 a Companhia recebeu por meio de cisão parcial da Claro do negócio fixo residencial, os créditos de ICMS da mesma natureza, no montante de R\$564.771.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício final em 31 de dezembro de 2023. Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido,



CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 66.970.229/0001-67



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)									
Consolidado					Total				
	Licenças de outorga	Direito de uso de software de passagem	Carteira de clientes/ contrato de uso da marca/outras licenças	Outros ativos intangíveis	Ajuste ao valor de realização (impairment)	Intangível em andamento			
Custo em 31/12/2021	1.030	3.948.182	138.973	791.218	15.023	122.811	122.811	5.011.729	
Adições	-	-	3.059	-	-	126.288	-	129.347	
Baixas	-	(129)	-	-	-	-	-	(129)	
Transferências (1)	-	206.234	50.340	-	-	(213.911)	-	42.663	
Custo em 31/12/2022	1.030	4.154.287	192.372	791.218	15.023	35.188	35.188	5.183.610	
Adições	-	-	9.627	-	-	240.217	-	249.844	
Baixas	(560)	-	-	-	-	-	-	(560)	
Transferências	-	104.682	162.383	-	-	(267.065)	-	94.000	
Custo em 31/12/2023	470	4.259.969	364.382	791.218	15.023	(5.508)	(5.508)	5.432.894	
Amortização em 31/12/2021	(983)	(3.277.240)	(11.617)	(348.749)	(12.628)	5.508	5.508	(3.645.709)	
Adições	(31)	(406.554)	(14.887)	(3.566)	(762)	-	-	(425.800)	
Baixas	-	28.371	-	-	-	-	-	28.371	
Transferências (1)	-	(22)	(278)	-	-	-	-	(300)	
Amortização em 31/12/2022	(1.014)	(3.655.445)	(26.782)	(352.315)	(13.390)	5.508	5.508	(4.043.438)	
Adições	(16)	(158.126)	(16.991)	(265)	(740)	-	-	(176.138)	
Baixas	560	-	-	-	-	-	-	560	
Transferências	-	(530)	530	-	-	-	-	-	
Amortização em 31/12/2023	(470)	(3.814.101)	(43.243)	(352.580)	(14.130)	5.508	5.508	(4.219.016)	
Intangível líquido em 31/12/2023	470	444.868	321.139	438.638	893	8.340	8.340	1.213.878	

(1) Representam transferências do imobilizado em andamento para operação, bem como do intangível para o imobilizado.

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
12.1 Fornecedores				
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços	1.661.126	2.185.132	1.812.801	2.405.160
Fornecedores diversos	345	2.754	387	2.794
Interconexão e roaming	1.661.471	2.187.886	1.813.188	2.407.954
12.2 Outras contas a pagar				
Fornecedores - cessão de direito (1)	104	2.117	104	2.117
	1.661.575	2.190.003	1.813.292	2.410.071

(1) Para alguns investimentos, de mais longo prazo, a Companhia negociou com determinados fornecedores prazos mais extensos de pagamento. Nestes casos, a Companhia anuiu a cessão de créditos por parte de alguns dos principais fornecedores, permitindo a antecipação do contas a receber destes fornecedores junto a instituições financeiras. Considerando que a cessão de créditos a instituições financeiras é uma opção e deliberação exclusiva dos fornecedores e a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há despesa ou receita financeira para a Companhia.

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS	212.941	-	213.094	3.787
PIS, COFINS	49.721	53.422	56.531	58.530
IRRF	169	169	169	169
IRPJ e CSLL	-	24.641	723	25.876
ISS	7.156	6.949	14.246	13.452
FUST, FUNTEL e FISTEL	40.340	40.212	41.035	41.125
Cide	16.031	3.990	17.060	6.589
Outros	820	823	1.461	2.758
Total	327.178	130.206	344.319	152.286
Circulante	326.357	129.385	343.490	151.457
Não circulante	821	821	829	829

14. PROVISÕES

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contingências Tributárias	261.173	137.689	286.278	159.867
Regulatórias, cíveis e ambientais	179.851	137.489	250.312	185.222
Trabalhistas	73.862	66.758	94.683	98.274
Participação de empregados no resultado	514.886	341.936	631.273	443.363
Provisão para perdas com investimentos (1)	130.205	110.008	134.914	117.114
Provisão para desmantelamento de ativos	-	4.214	-	-
Total de provisões	3.602	3.314	4.426	4.128
Circulante	648.693	459.472	770.613	564.605
Não circulante	142.756	123.338	149.382	132.747
	505.937	336.134	621.231	431.858

(1) Provisão para perda passivo a descoberto, conforme Nota 9.

14.1 Contingências

A movimentação dos saldos de contingências prováveis na controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Tributárias	Regulatórias, cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	108.922	109.158	78.247	296.327
Adições (reversões), líquidas	21.322	31.448	23.810	76.580
Baixas por pagamentos	(5.031)	(21.781)	(29.647)	(56.459)
Atualização monetária	12.476	18.664	(5.652)	25.488
Saldo em 31 de dezembro de 2022	137.689	137.489	66.758	341.936
Adições (reversões), líquidas	127.792	48.722	38.561	215.075
Baixas por pagamentos	(17.837)	(43.844)	(32.378)	(94,059)
Atualização monetária	13.529	37.484	921	51.934
Saldo em 31 de dezembro de 2023	261.173	179.851	73.862	514.886

	Consolidado			
	Tributárias	Regulatórias, cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	127.881	140.259	115.121	383.261
Adições (reversões), líquidas	23.179	48.315	17.772	143.266
Baixas por pagamentos	(5.320)	(37.446)	(82.331)	(125.097)
Atualização monetária	14.127	34.094	(6.288)	41.933
Saldo em 31 de dezembro de 2022	159.867	185.222	98.274	443.363
Adições (reversões), líquidas	130.190	67.469	90.418	288.077
Baixas por pagamentos	(19.386)	(55.339)	(92.511)	(167,236)
Atualização monetária	15.607	52.960	(1.498)	67.069
Saldo em 31 de dezembro de 2023	286.278	250.312	94.683	631.273

Depósitos e bloqueios judiciais:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depósitos judiciais	763.110	647.899	778.423	664.160
Bloqueios judiciais	2.830	3.087	3.203	4.455
Total	765.940	650.986	781.626	668.615

A situação jurídica da Companhia e das suas controladas englobam processos de naturezas tributária, cível, regulatória e trabalhista. A Administração, subsidiária na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia e das suas controladas, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. Segue abaixo descrição das principais contingências da Companhia e suas controladas. As contingências cujo desfecho desfavorável é considerado como possível não estão provisionadas, conforme previsto no CPC 25 (IAS 37).

14.1.1. Contingências tributárias

Incluem diversas demandas tributárias, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos. A composição dos saldos de contingências prováveis e possíveis está demonstrada a seguir:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS	221.760	2.054.173	2.275.933	99.167
FUST/FUNTEL	129	640.076	640.205	116
PIS e COFINS	18.457	361.038	379.495	14.183
IRRF/TFDE	-	329.002	329.002	1.820
TFI/TFE/TFE	-	245.203	245.203	-
Outras contingências tributárias	30.826	190.831	221.657	38.404
Glossas de compensação	115.106	113.365	128.471	6.177
IFC	-	85.927	85.927	-
Total	286.278	4.019.615	4.305.893	159.867

A Companhia e suas controladas TdB e Tvsat possuem contingências fiscais de ICMS em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$2.275.933 (R\$1.830.808 em 31 de dezembro de 2022), do qual foi provisionado o valor de R\$221.760 (R\$99.167 em 31 de dezembro de 2022). Dentre as contingências de ICMS, destacamos:

i. A Companhia possui contingências fiscais referentes à discussão de créditos do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$1.451.585 (R\$660.009 em 31 de dezembro de 2022), do qual foi provisionado o valor de R\$138.267 (R\$8.520 em 31 de dezembro de 2022).

ii. A Companhia possui ainda autuações fiscais decorrentes da exigência de ICMS sobre assinatura básica. Em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$326.053 (R\$334.659 em 31 de dezembro de 2022). Nas ações referentes a esse tema, há depósitos judiciais no montante de R\$273.786.

b) FUST/FUNTEL

A Companhia e suas controladas TdB e Tvsat possuem autuações da ANATEL, relativas à exigência de FUST. Em 31 de dezembro de 2023 o valor atualizado dessas autuações é de R\$393.147, classificado como possível (R\$347.482 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia e suas controladas TdB e Tvsat possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTEL. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessas autuações é de R\$247.058 em 31 de dezembro de 2023 (R\$210.767 em 31 de dezembro de 2022), do qual foi provisionado o valor de R\$129 (R\$116 em 31 de dezembro de 2022).

c) PIS/COFINS

A Companhia e as suas controladas TdB e Tvsat possuem autuações de PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessas autuações é de R\$379.495 (R\$355.943 em 31 de dezembro de 2022), do qual foi provisionado o valor de R\$18.457 (R\$14.183 em 31 de dezembro de 2022).

d) IRRF/CIDE

A Companhia e suas controladas TdB e Tvsat possuem contingências fiscais de IRRF e CIDE. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessas contingências é de R\$329.002, classificado como possível (R\$262.876 em 31 de dezembro de 2022 do qual foi provisionado R\$1.820).

e) Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI"), Taxa de Fiscalização de Funcionamento ("TFE") e Taxa de Fiscalização de Estabelecimento ("TFE")

A Companhia possui contingência referente ao suposto não recolhimento de TFI, TFE e TFE. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessas contingências é de R\$245.203 em 31 de dezembro de 2023 (R\$173.608 em 31 de dezembro de 2022). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda.

f) Outras contingências tributárias

A Companhia e suas controladas Reyce, TdB e Tvsat possuem outras contingências fiscais e previdenciárias. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessas contingências é de R\$221.657 em 31 de dezembro de 2023 (R\$274.546 em 31 de dezembro de 2022). Foi constituída provisão no valor de R\$30.826 (R\$38.404 em 31 de dezembro de 2022).

g) Glossas de compensação

A Companhia e suas controladas TdB, Tvsat e Reyce possuem contingências decorrentes de glossas de compensações de débitos de diversos tributos federais com créditos de Saldos Negativos de IRPJ e Base Negativa de CSLL. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessas contingências é de R\$128.471 em 31 de dezembro de 2023 (R\$97.708 em 31 de dezembro de 2022), do qual foi provisionado o valor de R\$15.106 (R\$6.177 em 31 de dezembro de 2022).

h) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EFC

A Companhia possui contingência relacionada à exigência da contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessas contingências é de R\$95.927 em 31 de dezembro de 2023 (R\$129.148 em 31 de dezembro de 2022). A Administração e seus consultores jurídicos da Companhia avaliam como possível a probabilidade de perda.

14.1.2. Contingências regulatórias, cíveis, consumidor, ambientais e outros

Incluem diversas demandas regulatórias, cíveis, consumidor e ambientais, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrada anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

A Companhia e suas controladas respondem a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais.

A composição da carteira de processos é, majoritariamente, integrada por ações judiciais de consumidores, com baixo ticket médio e considerável volume de processos. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

A composição dos saldos de contingências prováveis e possíveis está demonstrada a seguir:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cíveis	218.175	327.623	545.798	150.573
Regulatórias	16.723	100.800	117.523	17.116
Consumidor	14.468	60.490	74.958	15.634
Ambientais e outros	946	27.266	28.212	1.899
Total	250.312	516.179	766.491	185.222

a) Contingências cíveis

Em 31 de dezembro de 2023 as contingências classificadas como prováveis referentes a processos cíveis somavam R\$218.175 (R\$150.573 em 31 de dezembro de 2022) e R\$327.623 (R\$348.387 em 31 de dezembro de 2022) classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como prováveis.

b) Contingências regulatórias

A Companhia e suas controladas discutem, no âmbito administrativo e judicial, descumprimentos de regulamentos setoriais, especificamente relacionados à cobertura da rede e à qualidade dos serviços. Em 31 de dezembro de 2023, a contingência classificada como provável no valor de R\$16.723 (R\$17.116 em 31 de dezembro de 2022) e R\$100.800 (R\$94.900 em 31 de dezembro de 2022) classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis.

c) Contingências consumidor

Em 31 de dezembro de 2023 as contingências classificadas como prováveis referentes a processos de consumidores somavam R\$14.468 (R\$15.634 em 31 de dezembro de 2022) e R\$60.490 (R\$50.391 em 31 de dezembro de 2022) classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possível.

d) Contingências ambientais e outros

A Companhia estima que as perdas prováveis referentes a processos ambientais e outros somam R\$946 (R\$1.899 em 31 de dezembro de 2022) e R\$27.266 (R\$38.239 em 31 de dezembro de 2022) classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis.

14.1.3. Contingências trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha uma provisão no valor de R\$94.683 (R\$98.274 em 31 de dezembro de 2022) e R\$95.233 (R\$103.446 em 31 de dezembro de 2022) classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis, referente ao potencial risco de perda em relação às reclamações trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando

razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Os processos trabalhistas são atualizados monetariamente de acordo com a tabela disponibilizada pelo TST ("Tribunal Superior do Trabalho"), acrescida de juros mensais de 1%.

14.2 Provisão para desmantelamento de ativos
A Companhia e sua controlada mantêm registrada provisão para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação correspondente foi de R\$1.382 (R\$1.452 em 31 de dezembro de 2022). E o montante de R\$3.602 a crédito no passivo, na rubrica de outros passivos não circulantes (R\$3.314 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2022, as obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia.

A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	3.314	2.826	4.128	3.660
Atualização monetária	205	(291)	243	(329)
Adições, líquidas	83	779	55	757
Total	3.602	3.314	4.426	4.128

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

15.1. Condições gerais
As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo. A Companhia avalia a recuperabilidade das partes relacionadas e não há necessidade de provisionamento. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Conforme descrito na Nota 16, suas controladas Tvsat e TdB são patrocinadoras de plano de benefício pós-emprego aos seus empregados junto à Telos. Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

Natureza da transação	Controladora				2023	2022	2023	2022
	2023		2022					
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo				
AMX International Mobile S.A. de C.V. ("AMX International") (1)	(a)	-	10.142.746	-	4.121.168	(134.551)	162.739	
Olympic Plaza Holding N.V. ("Olympic Plaza")	(a)	-	1.034.459	-	1.119.757	53.418	9.026	



CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.
CNPJ: 66.970.229/0001-67



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente aos planos:

	2023	2022
Saldo inicial	3.837	1.432
Rendimentos sobre ativos do plano	377	118
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	2.105	2.390
Benefícios pagos	(274)	(103)
Saldo final	6.045	3.837

	2023	2022
Saldo inicial	(1.286)	(312)
Juros	(131)	(29)
Mudança superávit irrecuperável durante o período	(1.904)	(945)
Saldo final	(3.321)	(1.286)

Ano	Plano de saúde	PCV
2024	-	282
2025	-	280
2026	1	277
2027	167	277
2028	345	274
2029 a 2033	6.458	1.326

	2023	2022
Custo do serviço corrente	(5)	(11)
Juros líquido passivo (ativo)	(1.421)	(5)
	(1.421)	(16)

Principais premissas atuariais utilizadas:
 a) Fatores econômicos
 (i) Taxa de desconto 9,24% a.a.
 (ii) Taxa anual de inflação a longo prazo 3,50% a.a.
 b) Fatores biométricos
 (i) Tábua de mortalidade geral AT-2000⁽¹⁾
 (ii) Tábua de mortalidade de inválidos CSO 80
 (iii) Tábua de entrada em invalidez UP 84 modified
 (iv) Rotatividade T10 Service table
⁽¹⁾ Tábuas específicas por sexo.

Análise de sensibilidade
 As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:

	Plano de saúde	PCV
Taxa de desconto	8,24% - 10,24%	8,10% - 10,10%
Custos médicos	Crescimento/redução de 1%	-

	Taxa de desconto	Custos médicos
Plano de saúde	1% -1%	59.515 (100.118)
	1% -1%	100.341 (59.153)
Plano de saúde	1% -1%	2.667 (2.767)

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS 16/CPC 06 (R2), o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos. A taxa média anual ponderada consolidada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 é de 13,11% (4,85% em 31 de dezembro de 2022) com prazo médio de vencimento de dois anos.

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	65.213	87.692
Adições, líquidas ⁽¹⁾	213	200
Encargos financeiros	2.490	3.899
Pagamentos	(49.018)	(55.954)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.898	35.837
Adições, líquidas ⁽¹⁾	110.270	113.827
Encargos financeiros	8.472	9.930
Pagamentos	(53.515)	(60.224)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	84.125	99.370

Circulante 57.587 62.919
 Não circulante 26.538 36.451
⁽¹⁾ Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora	Consolidado
Vencimentos das prestações	66.684	72.859
2024	22.923	28.701
2025	6.524	10.214
2026	1.327	3.148
2027	459	1.473
Posterior a 2028	1.091	1.146
Valores não descontados	99.008	117.541
Juros embutidos	(14.883)	(18.171)
	84.125	99.370

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social**
 Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era de R\$21.430.205, dividido em 86.447.902.881 (86.447.902.610 em 31 de dezembro de 2022) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 14 de janeiro de 2022, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi aprovado um aumento de capital na Companhia no valor de R\$17,94 com a emissão de 271, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com objetivo de adequar a atribuição de ações da Companhia aos acionistas minoritários advindos da Claro, em decorrência da operação de cisão parcial do patrimônio líquido da Claro e versão da parcela cindida para a Companhia aprovada em AGE em 30 de junho de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
José Antônio Guaraldi Félix	Presidente
Alejandro Cantú Jiménez	Vice-Presidente
Ernesto Carlos Leyva Pedrosa	Membro Efetivo

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) **Valores estimados de mercado**
 Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária. As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas.

Os saldos de mútuos com partes relacionadas estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes.
 O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período.

Para determinação do valor justo dos empréstimos, conforme abaixo, a Companhia utilizou taxa de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI.
 Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem assim ser apresentados.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

Classificação	Hierarquia de valor justo	Consolidado		31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	(1)	Nível 1	314.342	314.342	305.781	305.781	
Contas a receber	(2)	Nível 2	716.592	716.592	647.513	647.513	
Depósitos e bloqueios judiciais	(1)	Nível 1	781.626	781.626	668.615	668.615	
Debêntures com partes relacionadas	(2)	Nível 2	2.083.988	2.074.670	1.815.658	1.829.968	
Mútuos com partes relacionadas em real	(2)	Nível 2	798.372	793.225	-	-	
			4.694.920	4.680.455	3.437.567	3.451.877	
Passivo							
Fornecedores e outras contas a pagar	(2)	Nível 2	1.813.292	1.813.292	2.443.839	2.443.839	
Passivo de arrendamento	(2)	Nível 2	99.370	99.370	35.837	35.837	
Mútuos com partes relacionadas em real	(2)	Nível 2	1.033.959	998.341	2.306.970	2.156.645	
Mútuos com partes relacionadas em dólar	(2)	Nível 2	11.841.435	12.775.024	12.083.324	16.719.645	
			14.609.141	14.752.438	17.561.670	16.719.645	

⁽¹⁾ Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo através do resultado;
⁽²⁾ Custo amortizado.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem ser assim apresentados:
 b) **Gestão de capital**

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos e captação de novos empréstimos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

c) **Risco de taxa de câmbio**
 Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:
Risco de queda do dólar
 Cenário I - Provável Dólar - 5%: R\$4.5992
 Cenário II Dólar + 25%: R\$3.6310
 Cenário III Dólar - 50%: R\$2.4207

Risco de alta do dólar
 Cenário I Dólar + 5%: R\$5.0834
 Cenário II Dólar + 25%: R\$6.0516
 Cenário III Dólar + 50%: R\$7.2620

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras, consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2023	Ganho/(perda)		
		Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
Queda do US\$				
Partes relacionadas	11.662.520	583.126	2.915.630	5.831.260
Fornecedores	16.672	834	4.168	8.336
Total	11.679.192	583.960	2.919.798	5.839.596
Alta do US\$				
Partes relacionadas	11.662.520	(583.126)	(2.915.630)	(5.831.260)
Fornecedores	16.672	(834)	(4.168)	(8.336)
Total	11.679.192	(583.960)	(2.919.798)	(5.839.596)

d) **Risco de crédito**
 O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A concentração do risco de crédito nas contas a receber de assinantes é limitada pelo grande número de assinantes que compõe a base de clientes da Companhia.

e) **Risco de liquidez**
 O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez, conforme Notas 15, 17 e 25.

24. SEGUROS

A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a Companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R\$1.694.455 abrangendo todas as empresas do grupo. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

25. COMPROMISSOS

A Companhia e suas controladas tem compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com capex. Os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos para 2024 são de R\$533.555 (R\$1.317.151 em 31 de dezembro de 2023).

26. OUTRAS GARANTIAS

A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações tributárias, cíveis e trabalhistas no montante de R\$2.420.714 na controladora e R\$2.780.029 no consolidado em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.596.264 na controladora e R\$1.904.120 no consolidado em 31 de dezembro de 2022).

DIRETORIA	
José Antônio Guaraldi Félix	Diretor Presidente
Roberto Catalão Cardoso	Diretor Executivo Administrativo e Financeiro
Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho	Diretor Executivo Jurídico e Regulatório
Rodrigo Marques de Oliveira	Diretor Executivo de Estratégia e Gestão Operacional
Daniel Feldmann Barros	Diretor
Paulo Cesar Pereira Teixeira	Diretor
José Formoso Martínez	Diretor

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Claro NXT Telecomunicações S.A.
 São Paulo - SP

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro NXT Telecomunicações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossas opiniões, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas".

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras

individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida existiva em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2024

ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S. Ltda.
 CRC-SP034519/O
Bruno Franco Bianchi
 Contador - RJ-112137/O